



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

- <https://huufma.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.041690/2025-10

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de tratamento de água dos poços artesianos do Hospital Universitário da UFMA - HUUFMA, destinados ao consumo humano, mediante utilização de sistema de dessalinização, em estrita observância ao padrão de potabilidade estabelecido pela Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021, que dispõe sobre o controle e a vigilância da qualidade da água para consumo humano. A execução dos serviços terá duração de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

1.2. A contratação objeto deste Termo de Referência (TR) dar-se-á por meio de **Pregão Eletrônico**, conforme a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e o RLCE 2.0.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O HU-UFMA/EBSERH é um órgão da Administração Pública Federal que tem por finalidade englobar assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins. É um hospital de ensino certificado pelo Ministério da Educação - MEC e Ministério da Saúde - MS, credenciado pelo Sistema Único de Saúde - SUS para realização de procedimentos de média e alta complexidade cardiovascular, neurocirurgia, traumatologia, ortopedia, transplante renal, terapia renal substitutiva, entre outras diversas especialidades médico-assistenciais, destinados exclusivamente aos usuários do SUS.

2.2. Os ativos de infraestrutura são recursos fundamentais em um hospital, constituindo-se em meios básicos e indispensáveis para o correto funcionamento dos serviços de ensino e assistência à saúde. Nesse sentido, faz-se necessária a adoção de processos harmônicos e alinhados para a efetiva gestão dos diferentes sistemas de infraestrutura utilizados em uma organização hospitalar, na medida que gera economia financeira e a otimização do tempo e de recursos materiais e humanos, além de proporcionar ao hospital, de forma mais célere, os insumos necessários ao atendimento equânime e humanizado da população.

2.3. Tendo em vista que o **contrato vigente**, referente ao objeto da contratação, **atingirá o limite legal de vigência em 15 de agosto de 2026**, sem possibilidade de nova prorrogação, **faz-se necessária a instauração de novo processo de contratação**, de forma **tempestiva**, a fim de **evitar a descontinuidade do serviço** e assegurar a continuidade dos **serviços de correção e controle da potabilidade da água proveniente dos poços artesianos do Hospital**, em estrita observância às **normas técnicas e sanitárias aplicáveis**.

2.4. Considerando que o Hospital Universitário Presidente Dutra está situado em área próxima ao litoral, a água proveniente de seus poços apresenta características físico-químicas de elevada dureza e alto teor salino, sendo classificada como salobra e, portanto, imprópria para consumo humano. Tal condição inviabiliza sua utilização direta, em especial nos processos que demandam elevado padrão de qualidade, como é o caso da diálise, além do consumo pela comunidade hospitalar.

2.5. Para assegurar o fornecimento de água em conformidade com os parâmetros de potabilidade estabelecidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas expedidas pelos órgãos reguladores competentes, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em serviços de controle e correção da potabilidade da água.

2.6. Ressalte-se que a Instituição não dispõe, em seu quadro funcional, de servidores com qualificação técnica para a execução das referidas atividades, o que reforça a imprescindibilidade da contratação.

2.7. A medida visa, portanto, garantir a segurança sanitária e a qualidade da água utilizada pelo HUUFMA, prevenindo riscos à saúde de pacientes, profissionais e demais usuários, em estrita observância às exigências normativas e legais aplicáveis.

2.8. Dessa forma, a motivação para a contratação desse serviço fundamenta-se na necessidade de atender às demandas do HU-UFMA, assegurando um ambiente hospitalar humanizado, adequado e eficiente para pacientes e profissionais de saúde.

2.9. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

2.9.1. Com a contratação da empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de tratamento de água dos poços artesianos do Hospital Universitário da UFMA - HUUFMA, mediante utilização de sistema de dessalinização, espera-se alcançar os seguintes resultados:

2.9.1.1. Disponibilização contínua de água potável, em conformidade com os parâmetros de qualidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021, que dispõe sobre o controle e a vigilância da qualidade da água para consumo humano.

2.9.1.2. Garantia de segurança sanitária, assegurando água adequada para consumo humano e para utilização em atividades hospitalares críticas, a exemplo do processo de diálise.

2.9.1.3. Redução dos riscos à saúde de pacientes, profissionais e demais usuários da Instituição, eliminando a exposição a contaminantes e substâncias indesejáveis decorrentes da água salobra.

2.9.1.4. Atendimento integral à legislação vigente e às normas expedidas pelos órgãos de controle e vigilância da qualidade da água.

2.9.1.5. Suporte contínuo às atividades assistenciais, administrativas e de apoio do Hospital, mediante fornecimento de água dentro dos padrões de potabilidade exigidos.

2.9.1.6. Garantia da eficiência operacional, com a devida manutenção, monitoramento e correção preventiva do sistema de dessalinização, evitando falhas no abastecimento.

3. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

3.1. Fundamentação legal e normativa:

- 3.2. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;
- 3.3. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 – Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 3.4. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 3.5. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH;
- 3.6. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0;
- 3.7. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);
- 3.8. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);
- 3.9. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);
- 3.10. Norma - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;
- 3.11. Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH (28062396) - Republicação da Norma Operacional SEI nº 2/2021/CAD/DAI que dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh;
- 3.12. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. (Aplicável no que couber.);
- 3.13. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União- atualizada, ampliada e publicada em outubro 2025](#);
- 3.14. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;
- 3.15. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- 3.16. [Decreto nº 9.507](#), de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 3.17. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 3.18. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 3.19. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. **Escopo do Serviço**

ITEM	CATSER	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL	V. Unit.	V. Total
01	13595	SERVIÇO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DOS POÇOS ARTESIANOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFMA - HUUFMA, DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AO PADRÃO DE POTABILIDADE ESTABELECIDO PELA PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 04 DE MAIO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CONTROLE E A VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.	M³	144.000		

- 4.2. O licitante deverá considerar, em sua proposta, que a unidade de medida adotada será o metro cúbico (m³), sendo o valor a ser cobrado calculado com base na produção efetiva em metros cúbicos (m³).
- 4.3. A Contratada deverá realizar mensalmente ou quando solicitado, a análise da água produzida nas 02 (duas) estações, com limite máximo aceitável conforme legislação vigente.
- 4.4. A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal da produção de água com as seguintes informações mínima: leitura diária, condutividade diária, consumo diário, consumo total, média do consumo diário e fotos dos hidrômetros em 3 períodos mensais: início do mês, metade do mês e final do mês e relatórios de análise da água conforme portaria de potabilidade vigente.
- 4.5. A vazão mínima deverá ser aproximadamente de 200 m³/ DIA, conforme a demanda.
- 4.6. A Contratada deverá controlar e corrigir a qualidade da água do poço com teor de diversos sais superior a 2.000 (dois mil) microsiemens e produzir água potável com teor de sais inferior a 100 microsiemens pelo processo de osmose reversa.
- 4.7. Diariamente a água será avaliada, caso a condutividade seja superior a 100 (cem) microsiemens será considerada imprópria e o equipamento paralisado para ajustes, cabendo a Contratada, caso haja necessidade, providenciar sem ônus para a Contratante, água de caminhão pipa com padrão inferior a 100 microsiemens.
- 4.8. A proposta de preço da licitante deverá estar obrigatoriamente acompanhada da especificação do serviço a ser executado, de forma clara e inequívoca, contemplando o **valor unitário** e o **valor total**, conforme Quadro 1, considerando o valor da unidade em m³.
- 4.9. Para inserção da proposta no Comprasnet, deverá ser considerado o **valor unitário**, devendo estar claro que a quantidade estimada constante do quadro acima ou outro serviço previsto pelo licitante em sua proposta servirá apenas de subsídio aos licitantes na formulação da
- Termo de Referência - SEI 61468529 SEI 23523.041690/2025-10 / pg. 2

proposta e ao pregoeiro na análise e aferição da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo que se constituirá em compromisso futuro para o HUUFMA apenas as quantidades dos serviços efetivamente prestados.

4.10. Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aqueles do sistema comprasnet (CÓDIGO CATSERV), prevalecerá às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. O licitante detentor da melhor proposta deverá realizar a instalação de um sistema em caráter demonstrativo por um período de no mínimo de 15 dias úteis, para comprovação da eficácia do sistema proposto, **sendo este requisito obrigatório**;

4.12. **Do Treinamento**

4.13. Ficará a contratada obrigada a treinar os profissionais do Hospital, sem ônus adicional posterior ao processo de aquisição, no manuseio do(s) equipamento(s), bem como fornecer um Certificado de Conclusão atestando a participação e o conteúdo do treinamento. O treinamento envolverá todas as partes dos equipamentos e oferecerá um nível de conhecimento e profundidade equivalente àquele fornecido pela CONTRATADA a seus próprios Técnicos/Engenheiro.

4.14. O treinamento deverá ser realizado dentro das dependências dos Hospitais beneficiários desta aquisição, em data e turno a ser definida juntamente com a equipe técnica, data esta que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias a contar da Homologação do Certame.

4.15. **Local de prestação de serviços**

4.15.1. A prestação do serviço realizar-se-á na sede do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão fica localizado na Rua Barão de Itapary, Nº 227-Centro- CEP: 65020-070.

4.16. **Horário de prestação dos serviços**

4.16.1. O Serviço deverão ser executados por profissionais capacitados com vínculos com a CONTRATADA sendo vedado a subcontratação do serviço.

4.16.2. Atendimento em regime de sobreaviso 24 horas por dia de domingo a domingo com atendimento imediato e não superior a **duas horas** a partir do chamado de EMERGÊNCIA.

4.16.3. O tempo de 24 horas, refere-se ao regime de plantão que a CONTRATADA deverá estar à disposição do serviço, caso haja alguma eventualidade imprevisível, e seja necessária a presença e intervenção do representante para sanar futuros e possíveis problemas que o equipamento vier apresentar.

4.16.4. O tempo de até **duas horas**, deverá ser o tempo máximo de resposta da empresa, para atendimento à solicitação da unidade em caso de alguma eventualidade.

4.16.5. A solicitação do chamado técnico emergencial para a CONTRATADA implica no início da contagem do prazo de atendimento técnico e do prazo de reparo;

4.16.6. O prazo de atendimento técnico para chamado emergencial não poderá exceder **a 2 (duas) horas**;

4.16.7. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes ao sobreaviso e/ou acionamento dos profissionais neste regime, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.17. **Ordem de Serviço**

4.17.1. O início dos serviços será formalizado com a emissão de uma ordem de serviço pela equipe de fiscalização do contrato.

4.17.2. A ordem de serviço é um documento oficial que autoriza o início das atividades previstas no contrato e detalha as responsabilidades e prazos a serem cumpridos pela empresa contratada. Este documento será emitido pela equipe de fiscalização do contrato do HUUFMA, responsável por monitorar a execução dos serviços e assegurar que todas as etapas sejam realizadas conforme o planejado.

4.17.3. Com a emissão da ordem de serviço, a empresa contratada estará autorizada a iniciar os trabalhos conforme o plano de trabalho aprovado. A partir deste momento, a empresa deverá seguir rigorosamente o cronograma estabelecido, mantendo a equipe de fiscalização informada sobre o progresso das atividades e qualquer eventualidade que possa impactar o andamento do projeto.

4.17.4. A ordem de serviço marca o início formal dos serviços e estabelece um marco regulatório para garantir que todas as atividades sejam conduzidas de maneira organizada, transparente e dentro dos padrões de qualidade esperados pelo HUUFMA.

4.18. **Procedimentos para a Emissão da Ordem de Serviço:**

4.18.1. **Reunião Inicial:** Antes da emissão da ordem de serviço, será realizada uma reunião inicial entre a equipe de fiscalização do contrato e a empresa contratada. Nesta reunião, serão discutidos os detalhes do projeto, cronograma, recursos necessários e expectativas de ambas as partes.

4.18.2. **Documentação:** A empresa contratada deverá fornecer todos os documentos necessários, como comprovantes de regularidade fiscal, seguro de responsabilidade civil e qualquer outra documentação exigida pelo contrato.

4.18.3. **Aprovação do Plano de Trabalho:** O plano de trabalho detalhado, incluindo cronograma de atividades, equipe técnica envolvida e metodologia a ser empregada, deve ser apresentado pela empresa contratada e aprovado pela equipe de fiscalização.

4.18.4. **Emissão da Ordem de Serviço:** Após a aprovação do plano de trabalho e verificação de toda a documentação, a equipe de fiscalização emitirá a ordem de serviço. Este documento conterá:

- a) **Data de Início:** Data oficial de início dos serviços.
- b) **Prazos:** Prazos para a execução dos serviços, conforme o cronograma aprovado.
- c) **Responsabilidades:** Definição clara das responsabilidades da empresa contratada e da equipe de fiscalização.
- d) **Recursos:** Detalhamento dos recursos que serão disponibilizados pelo HUUFMA para a realização dos serviços.
- e) **Crerios de Avaliao:** Parâmetros e indicadores de desempenho que serão utilizados para avaliar a qualidade e o progresso dos serviços.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1.1. Conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, o serviço de tratamento de água dos poços artesianos é classificado como **um serviço comum de engenharia, contínuo e sem mão-de-obra com dedicação exclusiva** essencial à saúde pública, que requer contratação especializada devido à complexidade técnica e à necessidade de conformidade com rigorosas normas de qualidade e segurança.

5.1.2. O serviço envolve a realização de atividades regulares e periódicas, como inspeções semanais, limpeza e desinfecção mensal, e testes de qualidade da água. Essas atividades são essenciais para garantir o funcionamento ininterrupto e eficiente do sistema, prevenindo falhas e assegurando a conformidade com normas de qualidade e segurança.

5.1.3. O serviço é crítico para a operação contínua dos serviços de saúde. Qualquer interrupção no funcionamento desses sistemas pode comprometer a qualidade do atendimento e a segurança dos pacientes.

5.1.4. O cumprimento das normas da ANVISA e outras regulamentações de saúde exige um monitoramento contínuo e a realização de testes regulares da qualidade da água tratada. A manutenção preventiva contínua assegura que os padrões de qualidade sejam atendidos consistentemente.

5.1.5. O serviço de tratamento de água dos poços artesianos não requer a dedicação exclusiva de mão-de-obra, podendo ser realizado por profissionais qualificados conforme a necessidade e a periodicidade estabelecida no plano de manutenção. Isso permite uma gestão mais flexível e eficiente dos recursos humanos, sem comprometer a qualidade e a regularidade dos serviços prestados.

5.1.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o HUUFMA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

5.2.1. A Contratada compromete-se a adotar práticas sustentáveis em todas as etapas da prestação dos serviços de de tratamento de água dos poços artesianos, buscando minimizar impactos ambientais negativos e promover a eficiência energética e a conservação de recursos.

5.2.2. A Contratada deverá implementar um plano de gestão de resíduos para a correta coleta, segregação, armazenamento, transporte e destinação final dos possíveis resíduos gerados durante a prestação dos serviços.

5.2.3. Usar membranas e filtros de longa duração que reduzam a frequência de substituição.

5.2.4. Implementar tecnologias avançadas que aumentem a eficiência do sistema, como sensores e sistemas de monitoramento remoto.

5.3. REQUISITOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

5.3.1. Os técnicos e engenheiros responsáveis pelo tratamento de água dos poços artesianos devem possuir formação adequada em áreas relacionadas, como engenharia química, ambiental, mecânica ou áreas afins.

5.3.2. Todas as licenças operacionais exigidas pelas autoridades competentes devem estar atualizadas.

5.3.3. Esses serviços exigem conhecimento técnico especializado e experiência específica.

5.4. REQUISITOS DE SEGURANÇA

5.4.1. Todos os trabalhadores envolvidos no de tratamento de água dos poços artesianos devem receber treinamento inicial e contínuo em segurança, incluindo manuseio de produtos químicos, procedimentos de emergência, e uso correto de equipamentos de proteção individual (EPIs).

5.4.2. Certificações específicas para manuseio de produtos perigosos e operações seguras em ambientes potencialmente perigosos.

5.4.3. Disponibilização e uso obrigatório de EPIs adequados, como luvas, óculos de proteção, respiradores, calçados de segurança, e vestimentas resistentes a produtos químicos.

5.4.4. Monitoramento regular do estado dos EPIs, com substituição imediata de equipamentos danificados ou desgastados.

5.4.5. Desenvolvimento e implementação de protocolos de segurança detalhados para todas as atividades de manutenção, incluindo inspeções, limpezas, e substituições de peças.

5.4.6. Utilização de ferramentas e equipamentos apropriados para cada tarefa, garantindo que estejam em bom estado de conservação e funcionamento.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. A presente contratação adotará como regime de **execução por Preço Unitário**, nos termos do Art. 8º, Inciso I do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

6.2. Tal regime de execução foi considerado apropriado por ser possível definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados, considerando que a contratação será realizada por serviços continuados.

6.3. O **tratamento de água dos poços artesianos** será realizado em **regime de execução mensal**, sendo essencial para garantir o fornecimento contínuo e seguro de água tratada, conforme as exigências sanitárias vigentes, incluindo aquelas estabelecidas pela ANVISA. A realização periódica das atividades de tratamento assegura o controle adequado da qualidade da água, prevenindo a ocorrência de contaminações e mantendo o sistema em condições ideais de operação. Esse modelo de execução mensal possibilita maior eficiência na gestão dos recursos, assegurando constância nos parâmetros físico-químicos e microbiológicos e contribuindo para a longevidade operacional dos equipamentos envolvidos.

6.4. A cada 12 meses de execução, na etapa designada de reavaliação anual, serão formalmente avaliados os seguintes aspectos:

- Regular prestação dos serviços, inclusive observando o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, consoante relatório que discorra sobre a execução do contrato;
- Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;
- Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração; e
- Manutenção das condições de habilitação da contratada.

7. DA NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO

7.1. Os serviços, objeto deste Termo, serão formalizados em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas as condições para sua execução, os direitos e obrigações entre as partes, consoante os dispositivos normativos vigentes.

7.2. O contrato firmado pelo HU-UFMA terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado a cada 12 (doze) meses, até o limite de 05 (cinco) anos.

7.3. O edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

8. DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. MODELO DE EXECUÇÃO

8.1.1. Após a homologação da licitação, será formalizado um contrato administrativo entre o HUUFMA e a Contratada.

8.2. A Contratada disponibilizará mão-de-obra e instrumentais e ferramentas necessários para a perfeita execução dos serviços, conforme as normas vigentes.

8.3. Os Serviços serão executados conforme orientação da Unidade de Manutenção do Hospital Universitário da UFMA, situado na Rua Barão de Itapary, 227, São Luís MA. CEP 65020-070 Fone (0XX98) 2109-1080.

8.4. Objetivo do SISTEMA:

8.4.1. Vazão mínima de 200 m³/ DIA, conforme a demanda.

8.4.2. Controlar e corrigir a qualidade da água do poço com teor de diversos sais superior a 2.000 (dois mil) microsiemens e produzir água potável com teor de sais inferior a 100 microsiemens pelo processo de osmose reversa.

8.4.3. Observar que o teor de sais na água do poço pode variar para cima ou para baixo, sendo que esta variação deve ser contemplada pela solução proposta apresentada pelo proponente.

8.4.4. Diariamente a água será avaliada, caso a condutividade seja superior a 100 (cem) microsiemens será considerada imprópria e o equipamento paralisado para ajustes. Cabendo ao proponente providenciar a suas custas água de caminhão com padrão inferior a 100 microsiemens, ou ainda, prover o hospital de água às suas custas, conforme urgência indicada pela fiscalização, de acordo com os horários de realização de procedimentos assistenciais, caso haja alguma descontinuidade do processo.

8.5. Operação do SISTEMA:

8.5.1. A operação e CORPO TÉCNICO da prestação de serviço do sistema são de total e exclusiva responsabilidade do proponente, bem como, o recolhimento e pagamentos de todos salários, horas extras, impostos e tributos legais inerentes, além de responsabilidade civil contra terceiros;

8.5.2. Poderá ser solicitado o comparecimento de técnico habilitado para realizar procedimentos de ajustes/manutenção e representação junto ao hospital para dirimir sobre quaisquer assuntos a qualquer dia da semana e qualquer hora, para inclusive providenciar a regularização do sistema.

8.5.3. A operação do sistema é de natureza ininterrupta, cabendo o ônus ao proponente de providenciar às custas água de caminhão pipa com condutividade inferior à 70 microsiemens, para não haver prejuízo das atividades do HU-UFMA, desde que seja comprovado que a paralização do sistema não seja por motivo de falta de energia ou paralização do funcionamento do poço.

8.6. Limpeza Química do Sistema:

8.6.1. Não será permitida em nenhuma hipótese a lavagem química nas dependências do hospital, apenas substituição das membranas, por este motivo o serviço deve ser realizado externamente ao hospital.

8.7. O Projeto:

8.7.1. A configuração e componentes aplicados no processo são de exclusiva responsabilidade do proponente, podendo o sistema ser capaz de adaptar-se a sazonalidade da demanda mensal para maior ou menor de água no hospital.

8.7.2. O sistema dar-se-á como recebido para entrar em operação somente após aprovado pelo corpo técnico do contratante.

8.7.3. O licitante detentor da melhor proposta deverá realizar a instalação de um sistema em caráter demonstrativo por um período de no mínimo de 15 dias úteis, para comprovação da eficácia do sistema proposto, **sendo este requisito obrigatório;**

8.8. Especificações:

8.8.1. Dimensão 5m x 2,20m x 2,40m, com piso inerte para proteção contra corrosão e descargas elétricas, totalmente fechado.

8.8.2. Deve possuir no mínimo 01 (uma) porta de 1,5 metros de largura e duas janelas de ventilação.

8.8.3. Todo e qualquer material aplicado nas instalações internas e componentes da estação de tratamento de água é de exclusiva responsabilidade de fornecimento e manutenção do proponente.

8.8.4. O equipamento deve ser construído de forma modular, mínimo de 02 módulos, com vazões individuais de 10 a 15 m³/h. A modularização deve permitir sua operação com no mínimo 50% da vazão determinada e possibilitar futuras expansões em até 20% da capacidade da vazão solicitada.

8.9. Instalações Elétricas:

8.9.1. Deve possuir iluminação elétrica própria com tomadas elétricas e interruptores suficientes para permitir operação de dia e de noite, bem como, aterramento adequado para toda a instalação. Quadro de comando com disjuntores, contadoras e inversor de frequência protegidos e acondicionados em armário metálico segundo normas ABNT, confeccionados em material resistente à água;

8.10. Instalações Elétricas dos Motores:

8.10.1. Os equipamentos em operação devem entrar em operação com tempo de rampa de no mínimo de 10 segundos através de inversor de frequência compatível com os motores necessários a operação do sistema.

8.11. Instalações Hidráulicas:

8.11.1. O sistema deve comprovar possuir tubulação interna capaz de suportar pressão nominal de até 20 bar, que resguardem a operação com segurança do sistema. As conexões devem suportar até 16 BAR de pressão. Tipo de conexões: TERMOFUSÃO, ELETROFUSÃO, COMPRESSÃO.

- 8.12. **Estrutura ou rack para vasos de pressão:**
- 8.12.1. O rack deverá ser fabricado de material em Aço Inox 304.
- 8.12.2. Os vasos de pressão devem ser em PRFV para 300 psi ou 600 psi.
- 8.13. **Instrumentação e alarmes:**
- 8.13.1. Todos os equipamentos e instrumentos de monitoramento do sistema devem ser do tipo exclusivamente eletrônicos, sendo vedado uso de instrumentos mecânicos como rotâmetros, manômetros ou quaisquer outros equipamentos mecânicos, exceto o hidrômetro para contagem da água a ser utilizada pelo HU-UFMA que ficará externo ao sistema.
- 8.13.2. O equipamento deve possuir dispositivos automáticos de monitoramento:

a) Monitoramento de condutividade máxima de saída.

b) Monitoramento de pressão de entrada dos módulos em operação.

c) Monitoramento de pressão de saída dos módulos em operação.

d) Monitoramento de vazão do permeado,

e) Monitoramento de pH do permeado,

f) Monitoramento de vazão do rejeito;
- 8.13.3. O equipamento deve possuir dispositivos automáticos de segurança contra falhas:

a) Alarmes de condutividade máxima de saída.

b) Bloqueio do equipamento por falta de água e por baixa pressão, controle automático por dos dados analógicas e digitais do sistema.
- 8.13.4. A empresa contratada na qualidade de fornecedora dos materiais licitados, disponibilizará, mediante celebração de um CONTRATO DE COMODATO, o(s) equipamentos descrito(s) abaixo, que serão mantidos à disposição do HU-UFMA/EBSERH, bem como prestará os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos mesmos, sem quaisquer ônus para o hospital.

ITEM	EQUIPAMENTOS	LOCAL	QUANTI.
01	SISTEMA DE OSMOSE REVERSA	UNIDADE PRESIDENTE DUTRA	02
02	SISTEMA DE OSMOSE REVERSA	MATERNO INFANTIL	01

- 8.14. Os Sistemas de Osmose Reversa citados no item 8.13.4, deverão possuir no **mínimo** os seguintes equipamentos listados abaixo.

UNIDADE PRESIDENTE DUTRA	
EQUIPAMENTOS PARA 02 SISTEMAS DE OSMOSE REVERSA	
QUANT	PRÉ-FILTRAGEM
01	FILTRO BAG INOX 30m³/hr
01	FILTRO AQUALINE UPVC 30m³/hr
02	FILTRO CARTUCHO 15m³/hr
01	TANQUE/FILTRO DE AREIA 20m³/hr
QUANT	SEPARAÇÃO DE LIQUIDOS
03	VASOS DE PRESSÃO 8"
12	MEMBRANAS DE OSMOSE REVERSA 8"
02	BOMBA VERTICAL 12,5CV, ALTA PRESSÃO
QUANT	AUTOMAÇÃO
02	TRANSDUTOR DE PRESSÃO
02	INVERSOR DE FREQUENCIA
02	QUADRO DE COMANDO
02	CONDUTIVIMETRO INTEGRADO

UNIDADE MATERNO INFANTIL	
EQUIPAMENTOS PARA 01 SISTEMAS DE OSMOSE REVERSA	
QUANT	PRÉ-FILTRAGEM
01	FILTRO BAG INOX 30m³/hr
01	FILTRO AQUALINE UPVC 30m³/hr
01	TANQUE ABRANDADOR 10m³/hr
01	TANQUE/FILTRO DE AREIA 20m³/hr
QUANT	SEPARAÇÃO DE LIQUIDOS
02	VASOS DE PRESSÃO 8"
06	MEMBRANAS DE OSMOSE REVERSA 8"
01	BOMBA VERTICAL 12,5CV, ALTA PRESSÃO
QUANT	AUTOMAÇÃO
01	TRANSDUTOR DE PRESSÃO
01	INVERSOR DE FREQUENCIA
01	QUADRO DE COMANDO
01	CONDUTIVIMETRO INTEGRADO

- 8.15. A contratada deverá, além das especificações constantes desta seção, considerar as atividades preventivas e suas periodicidades, conforme Procedimento Operacional Padrão em anexo - 11263552.

- 8.16. **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.16.1. O contrato resultante desta licitação será formalizado com o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, assim como o acompanhamento técnico e administrativo, a partir de Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) formalmente denominada.

8.16.2. Os mecanismos de comunicação entre a Contratante e a prestadora de serviços deverão ser devidamente repassados e alinhados após a formalização do contrato por meio de reunião de alinhamento entre as partes e/ou envio de contatos por e-mail institucional.

8.16.3. Todas as decisões tomadas no âmbito do contrato serão por meio de reunião com a presença do gestor do contrato, do preposto e de outros responsáveis técnicos, devidamente documentadas por Registro de Reunião, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome, cargo e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, encaminhamentos e responsáveis.

8.17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes da Contratante, especialmente designados na forma do previstos no art. 161, § 1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

8.17.2. A fiscalização do contrato será exercida por uma Equipe de Fiscalização de Contrato (EFC) composta pelos seguintes representantes em cada função (titular e substituto):

8.17.3. **Gestor do Contrato:** colaborador responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente à área de acompanhamento dos contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

8.17.4. **Fiscais Técnicos:** colaboradores responsáveis pelo acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado. Preferencialmente serão designados os engenheiros e arquitetos lotados no Setor de Infraestrutura Física do HU-UFMA.

8.17.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo Gestor do Contrato e auxiliado pela EFC e substitutos.

8.17.6. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.17.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, em especial os anexos técnicos de especificações.

8.17.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

8.17.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme citado na **seção “DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”** deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

8.17.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

8.17.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.17.9.3. a utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.17.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores do IMR, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.17.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 83 da Lei 13.303 de 2016.

8.17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.17.13. As reuniões realizadas devem ser documentadas por Registro de Reunião, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome, cargo e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, encaminhamentos e responsáveis.

8.17.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.17.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 85 da Lei 13.303 de 2016.

8.17.16. Cabe ao Gestor do Contrato:

8.17.16.1. Emitir Ordem(ns) de Serviço (OS);

8.17.16.2. Coordenar o processo da execução contratual;

8.17.16.3. Acompanhar o processo de fiscalização com vistas ao cumprimento do Contrato;

8.17.16.4. Fiscalizar os profissionais envolvidos nas etapas de análise de projetos por parte da Contratante, monitorando os tempos de resposta à Contratada, visando trazer celeridade ao andamento dos trabalhos para que a área técnica retorne o mais breve possível os encaminhamentos, buscando sempre a otimização do tempo, evita ao máximo o descumprimento dos prazos estabelecidos para cada etapa das OS, prazos estes que serão contabilizados em dias úteis sempre que não houver clara indicação;

8.17.16.5. Acionar profissionais de outras áreas técnicas do hospital sempre que necessário para prestar apoio à fiscalização técnica na aprovação de produtos das suas respectivas áreas, coordenando as atividades destes outros profissionais e cobrando retorno em tempo hábil ao

andamento da OS. Por exemplo, acionar profissionais do serviço de segurança do trabalho para análise de projeto de combate ao incêndio e pânico ou profissionais do setor de tecnologia da informação para apoio na análise de projetos de cabeamento estruturado;

8.17.16.6. Verificar a conformidade da prestação dos serviços ou fornecimento dos produtos contratados;

8.17.16.7. Atestar notas fiscais em conjunto com o(s) representante(s) da EFC;

8.17.16.8. Analisar/Aprovar mudanças solicitadas pela EFC;

8.17.16.9. Certificar quanto à comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando, juntamente com a EFC, os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;

8.17.16.10. Ratificar toda e qualquer alteração na execução do Contrato, proposta pela EFC, submetendo inclusive, se necessário, à análise e autorização das instâncias superiores do HU-UFMA;

8.17.16.11. Avaliar qualquer alteração contratual, emitindo parecer com a análise de alteração;

8.17.16.12. Avaliar/autorizar sanções à Contratada, quando indicado pela EFC por conta de falhas na execução dos serviços e de acordo com o estabelecido na Seção **"DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS"** do Termo de Referência.

8.17.17. **Cabe aos fiscais técnicos da EFC:**

8.17.17.1. Elaborar parecer técnico de recebimento dos produtos, para subsidiar aprovação da(s) Nota(s) Fiscal(is);

8.17.17.2. Emitir, o mais breve possível, Parecer Técnico com observações referentes às revisões encaminhadas pela Contratada, respeitando os prazos para devolução dos apontamentos e possíveis correções, que serão contabilizados em dias úteis de retorno de parecer sempre que não houver clara indicação;

8.17.17.3. Através de seu representante formalmente nomeado, atestar Nota(s) Fiscal(is) em conjunto com o Gestor do Contrato;

8.17.17.4. Fiscalizar e monitorar a execução, de modo que sejam cumpridas as condições (objeto, prazos, vigência) estabelecidas nas Cláusulas Contratuais;

8.17.17.5. Monitorar execução dos serviços e, caso necessário, solicitar aprovação de novo cronograma para o Gestor do Contrato;

8.17.17.6. Comunicar, via e-mail ou documento formal, ao Gestor do Contrato e à Contratada sobre eventuais falhas, atrasos, ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento do objeto do Contrato, dos prazos estabelecidos, propondo a solução ou penalidades ou outras sanções, quando for o caso;

8.17.17.7. Informar ao Gestor do Contrato, quando necessário, possíveis riscos que possam inviabilizar ou dificultar a execução;

8.17.17.8. Prestar, sempre que possível, auxílio à Contratada no que diz respeito ao fornecimento de informações e/ou documentos técnicos pré-existent de modo a auxiliar na elaboração dos produtos contratados;

8.17.17.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de arquivos, materiais e informações julgadas pertinentes à execução do Contrato, na forma estabelecida no Termo de Referência;

8.17.17.10. Recusar qualquer serviço prestado fora das especificações, bem como qualquer documento ou Nota Fiscal apresentados em desacordo com as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e no Contrato;

8.17.17.11. Participar das discussões acerca do Programa de Necessidades, a fim de definir-se as diretrizes de projeto e padrão de qualidade pretendido, em sua área específica de atuação;

8.17.17.12. Avaliar qualquer alteração contratual, emitindo parecer técnico.

8.18. **DOS INDICADORES DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR:**

8.18.1. Para fins de monitoramento da execução contratual, controle da qualidade dos serviços e avaliação do desempenho da contratada, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados - IMR, elaborado em conformidade com o regulamento aplicável da Ebserh e com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.18.2. O IMR constituirá instrumento de apoio ao ateste mensal dos serviços, à avaliação da conformidade da execução, à aplicação de eventuais glosas por desempenho insuficiente e ao registro de ocorrências contratuais, sem prejuízo da adoção de procedimento próprio para apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, quando cabível.

8.18.3. A avaliação será realizada mensalmente pela fiscalização administrativa e técnica, mediante análise dos registros operacionais, relatórios mensais, chamados emergenciais, cronogramas de manutenção preventiva, parâmetros de qualidade da água e demais evidências documentais disponíveis.

8.18.4. Os indicadores de desempenho utilizados para cálculo do IMR mensal da contratação são os seguintes:

IMR - Indicadores que compõem a avaliação mensal

I - Qualidade da Água Produzida - Condutividade $\leq 100 \mu\text{S/cm}$

Peso: 50%

Mede o percentual de dias do mês em que a água produzida pela contratada atendeu ao limite máximo de condutividade definido neste Termo de Referência.

Será considerado dia conforme aquele em que os registros de condutividade da água produzida estiverem dentro do limite estabelecido. Havendo mais de uma medição no mesmo dia, o dia somente será considerado conforme se as medições registradas atenderem ao limite máximo definido, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização.

Escala de pontuação:

100% de conformidade: nota 10
95% a 99% de conformidade: nota 9
90% a 94% de conformidade: nota 7
80% a 89% de conformidade: nota 5
Inferior a 80% de conformidade: nota 0

II - Disponibilidade Operacional dos Sistemas

Peso: 20%

Avalia a disponibilidade operacional dos sistemas de tratamento, desconsideradas as paralisações decorrentes de manutenções programadas previamente autorizadas pela fiscalização e demais eventos formalmente justificados e aceitos, desde que não imputáveis à contratada.

Fórmula de apuração:

Disponibilidade (%) = [(Horas totais do mês – Horas de indisponibilidade não programada) / Horas totais do mês] × 100

Escala de pontuação:

Disponibilidade igual ou superior a 99%: nota 10
Disponibilidade de 98% a 98,99%: nota 9
Disponibilidade de 95% a 97,99%: nota 7
Disponibilidade de 90% a 94,99%: nota 5
Disponibilidade inferior a 90%: nota 0

III - Atendimento Emergencial - Tempo máximo de atendimento ≤ 2 horas

Peso: 15%

Verifica o percentual de chamados emergenciais atendidos dentro do prazo máximo de 2 horas, contado a partir da abertura formal do chamado ou da comunicação oficial à contratada, conforme canal definido neste Termo de Referência.

Para fins deste indicador, considera-se atendimento emergencial o início efetivo das providências técnicas pela contratada, seja por comparecimento da equipe ao local, seja pela adoção de ação operacional imediata aceita pela fiscalização.

Fórmula de apuração:

Atendimento no prazo (%) = (Chamados emergenciais atendidos em até 2 horas / Total de chamados emergenciais do mês) × 100

Escala de pontuação:

100% dos chamados atendidos no prazo: nota 10
95% a 99% dos chamados atendidos no prazo: nota 9
90% a 94% dos chamados atendidos no prazo: nota 7
80% a 89% dos chamados atendidos no prazo: nota 5
Inferior a 80% dos chamados atendidos no prazo: nota 0

Na ausência de chamados emergenciais no mês, o indicador receberá nota 10, desde que não tenha havido ocorrência emergencial não registrada por falha da contratada.

IV - Execução da Manutenção Preventiva

Peso: 10%

Avalia o cumprimento do cronograma mensal de manutenção preventiva, conforme obrigações previstas neste Termo de Referência e no plano de manutenção aprovado pela fiscalização.

Serão consideradas executadas apenas as manutenções preventivas devidamente registradas e comprovadas, com indicação mínima da data de execução, sistema ou equipamento atendido, responsável pela execução, descrição dos serviços realizados e evidências documentais pertinentes.

Fórmula de apuração:

Cumprimento (%) = (Manutenções preventivas executadas e comprovadas / Manutenções preventivas previstas no mês) × 100

Escala de pontuação:

100% do cronograma cumprido: nota 10
95% a 99% do cronograma cumprido: nota 9
90% a 94% do cronograma cumprido: nota 7
80% a 89% do cronograma cumprido: nota 5
Inferior a 80% do cronograma cumprido: nota 0

Caso não haja manutenção preventiva prevista para determinado mês, conforme cronograma aprovado, o indicador receberá nota 10.

V - Conformidade dos Relatórios Mensais

Peso: 5%

Avalia se os relatórios técnicos mensais foram apresentados no prazo e com o conteúdo mínimo exigido neste Termo de Referência.

Os relatórios deverão conter, no mínimo:

- a) parâmetros físico-químicos monitorados;
- b) registros de condutividade;
- c) manutenções realizadas;
- d) ocorrências operacionais;
- e) recomendações técnicas;
- f) identificação dos responsáveis pela elaboração e validação das informações.

Escala de pontuação:

Relatório entregue no prazo, completo e consistente: nota 10
Relatório entregue no prazo, com inconsistências formais leves: nota 9
Relatório entregue no prazo, mas com ausência parcial de informações relevantes: nota 7

8.18.5. **Cálculo do IMR Mensal**

8.18.5.1. O IMR mensal será calculado pela média ponderada das notas obtidas em cada indicador, conforme fórmula abaixo:

8.18.5.1.1. **IMR Mensal = (N1 × 0,50) + (N2 × 0,20) + (N3 × 0,15) + (N4 × 0,10) + (N5 × 0,05)**

8.18.5.1.2. Onde:

- a) N1 = nota do indicador Qualidade da Água Produzida;
- b) N2 = nota do indicador Disponibilidade Operacional dos Sistemas;
- c) N3 = nota do indicador Atendimento Emergencial;
- d) N4 = nota do indicador Execução da Manutenção Preventiva;
- e) N5 = nota do indicador Conformidade dos Relatórios Mensais.

8.18.5.2. A nota final do IMR mensal variará de 0 a 10.

8.18.6. **Critérios de Pagamento por Desempenho**

8.18.6.1. A aplicação do IMR observará os seguintes critérios:

IMR mensal apurado	Consequência
IMR igual ou superior a 8,0	Pagamento integral da parcela mensal avaliada
IMR de 7,0 a 7,9	Glosa fixa de 10% sobre a parcela mensal avaliada
IMR de 6,0 a 6,9	Glosa fixa de 20% sobre a parcela mensal avaliada
IMR de 5,0 a 5,9	Glosa fixa de 30% sobre a parcela mensal avaliada
IMR inferior a 5,0	Glosa fixa de 40% sobre a parcela mensal avaliada e abertura de apuração de irregularidade, quando cabível

8.18.6.2. A glosa incidirá sobre a parcela mensal correspondente aos serviços avaliados pelo IMR, sem prejuízo de outras providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, risco sanitário, risco operacional ou reincidência.

8.18.7. **Revisão do IMR**

8.18.7.1. O IMR poderá ser revisto durante a vigência contratual, mediante justificativa técnica da fiscalização e formalização adequada nos autos do processo, para aperfeiçoamento dos critérios de medição e avaliação do desempenho, desde que a alteração não descaracterize o objeto contratado, não reduza o nível mínimo de qualidade exigido, não modifique indevidamente a matriz de responsabilidades pactuada e não produza desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

9.1. **DO PAGAMENTO**

9.1.1. A empresa CONTRATADA deverá emitir mensalmente as notas fiscais, que apresentará o valor total dos gastos no referido mês.

9.1.2. O prazo para pagamento será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data do atesto do gestor do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

9.1.3. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo Gestor do contrato, das Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA, que conterão o detalhamento dos serviços executados e será acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

9.1.4. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade das Notas Fiscais/Faturas apresentadas pela CONTRATADA com os serviços efetivamente prestados. As notas fiscais deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

9.1.5. Havendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Hospital Universitário Onofre Lopes.

9.1.6. O documento de cobrança deverá conter ao menos:

- a) CNPJ da CONTRATADA conforme preâmbulo do contrato;
- b) Número do instrumento contratual dado pela CONTRATANTE;
- c) Descrição clara do objeto;
- d) Período de faturamento, quando couber;
- e) Valor cobrado em conformidade com as condições contratuais pactuadas, discriminando valor unitário e valor total.

- 9.1.7. Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.
- 9.1.8. Serão efetuadas as seguintes consultas:
- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
 - b) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin);
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa;
 - e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 9.1.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 9.1.10. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável;
- 9.1.11. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente;
- 9.1.12. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 9.1.13. O HUUFMA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada no contrato;
- 9.1.14. Conforme Anexo XI, item 5 da IN SEGES/MP nº 05/2017, nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados **mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária**.
- 9.1.15. Será pago aquilo que for efetivamente executado.

10. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 10.1. A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão**, na forma Eletrônica, regida pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0.
- 10.2. A contratação de **serviços contínuos** de tratamento de água dos poços artesianos na modalidade **pregão** justifica-se pela natureza comum dos serviços, cuja especificação técnica é objetiva e amplamente disponível no mercado, possibilitando ampla concorrência e obtenção de propostas vantajosas para a administração. O pregão, especialmente na forma eletrônica, permite maior celeridade, transparência e competitividade, atendendo ao princípio da economicidade ao garantir a continuidade do funcionamento dos equipamentos essenciais para o tratamento de pacientes, minimizando riscos à saúde e interrupções nos serviços de hemodiálise.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

11.1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 11.1.1. O critério de julgamento será o **Menor Preço** conforme previsto no art. 54, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

11.2. Intervalo entre lances:

- 11.2.1. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **0,5%**, conforme exigência do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0

11.3. DO MODO DE DISPUTA

- 11.3.1. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**, conforme definido pelo art. 20 e art. 21 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 02, de 07 de fevereiro de 2023.

11.4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

- 11.4.1. A licitação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte tendo em vista que o valor estimado total supera o limite previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 11.5.1. As condições de participação são aquelas definidas no instrumento convocatório.

11.6. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 11.6.1. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do objeto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) Especificação dos serviços oferecido;
- b) Marca, fabricante e Procedências da peças e equipamentos;
- c) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- d) Termo de compromisso para cessão em regime de comodato dos equipamentos médico hospitalares e para manutenção técnica preventiva e corretiva, durante a vigência do Contrato e do Contrato de Comodato;
- e) A descrição completa dos equipamentos médico-hospitalares que serão cedidos em regime de comodato, bem como o respectivo valor unitário, valor total, quantidade, marca, fabricante, modelo, devendo ser formalizada em formulário próprio da licitante e, se importados, traduzida para língua portuguesa. Os preços dos equipamentos não servirão de parâmetros como critério de julgamento para decisão da licitante vencedora;
- f) Apresentar os manuais originais dos equipamentos que serão disponibilizados em regime de comodato, descrevendo, detalhadamente, os seus dados técnicos: marca, capacidade e modo de operacionalização; impressos ou digitalizados (CD ou pen

drive), com uma versão em português e a relação da rede de assistência técnica autorizada;

g) Cronograma para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que serão disponibilizados em regime de comodato;

h) Declaração de estar ciente da obrigatoriedade de instalação do sistema, em caráter demonstrativo, pelo período mínimo de 15 (quinze) dias úteis, caso seja provisoriamente classificado em primeiro lugar.

i) Declaração do Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante no Encarte B do Termo de Referência.

11.7. O licitante detentor da melhor proposta deverá realizar a instalação de um sistema em caráter demonstrativo por um período de no mínimo de 15 dias úteis, para comprovação da eficácia do sistema proposto, sendo este requisito obrigatório.

11.8. Apresentar os preços propostos em Real (R\$), em algarismos, unitários e globais, com duas casas decimais, computando todos os custos necessários à aquisição dos materiais, bem como todos os impostos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive, eventual substituição de produtos defeituosos;

11.9. Informar a razão social, o número do CNPJ, o endereço completo, o número da conta corrente, código da agência e do banco no qual deverão ser efetuados os pagamentos;

11.10. Informar obrigatoriamente, na proposta os números de telefone/fax e endereço de e-mail para contatos, a fim de facilitar as solicitações;

11.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.12. A proposta deverá limitar-se ao objeto da licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição.

11.13. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas.

11.14. DA VISTORIA

11.14.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é altamente recomendável que o licitante realize vistoria nas instalações dos locais que serão contemplados pelo PDFH, acompanhado por empregado ou servidor designado para esse fim.

11.14.2. Para agendar a vistoria, o licitante deve entrar em contato por e-mail (sif.hu-ufma@ebserh.gov.br) com datas e horários pretendidos.

11.14.3. O endereço de vistoria é o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA, situado na Rua Barão de Itapary, 227 - Centro - São Luís (MA) - CEP 65.020-070, no horário: 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O agendamento da vistoria deverá ser realizado no Setor de Infraestrutura Física (SIF) do HU-UFMA.

11.14.4. No ato da vistoria, a licitante deve se inteirar das condições e do grau de dificuldade dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento.

11.14.5. Para concorrer à licitação desejado, será necessário o preenchimento da Declaração de Vistoria, Anexo ENCARTÉ B - Termo de Vistoria, onde o licitante afirmará que vistoriou ou que não teve interesse em vistoriar, mas aceita as condições existentes neste Termo de Referência.

11.14.6. Ao preencher a declaração, a licitante afirma que conhece as condições locais para execução do objeto, **ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Ebserh.**

11.14.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.14.8. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e declaração expedida pela empresa licitante comprovando seu conhecimento técnico para a realização da vistoria.

11.14.9. É recomendável que no momento da visita técnica o proponente compareça com instrumentos, kits ou dispositivos (medidor de SDI - Sílica density Index) para comprovar que o mesmo tomou pleno conhecimento da qualidade e/ou sujidade da água existente. Desta forma em nenhuma etapa após a contratação poderá ser contestado a qualidade superior ou inferior existente na água, cabendo ainda arcar com quaisquer mudanças promovidas pela natureza ao subsolo que implique em alteração na qualidade da água do poço.

11.15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.15.1. HABILITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

11.15.1.1. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

11.15.1.1.1. **Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente**, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade.

11.15.1.1.2. Comprovação de aptidão para desempenho das atividades técnicas objeto desta contratação por meio da **apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnico-operacional**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovada a prestação dos seguintes serviços relacionados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da contratação:

a) Operação de sistemas de dessalinização, osmose reversa ou tecnologias equivalentes **pelo período mínimo de 6 (seis) meses**, admitida a soma de atestados para fins de comprovação;

b) Operação e/ou manutenção de sistemas de tratamento de água **pelo período mínimo de 6 (seis) meses**, admitida a soma de atestados para fins de comprovação;

11.15.1.1.3. Para fins de verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, a licitante deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, documentos complementares, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação, indicação do endereço da contratante e do local de execução dos serviços, entre outros que se fizerem necessários;

11.15.1.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços executados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme previsto em seu contrato social vigente;

11.15.1.1.5. A comprovação da qualificação técnico-operacional poderá, alternativamente, ser realizada por meio da apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), nos termos dos arts. 53 a 57 da Resolução CONFEA nº 1.137/2023;

11.15.1.1.6. A apresentação de informações inverídicas sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) e demais normas aplicáveis.

11.15.2. **HABILITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

11.15.2.1. A licitante deverá apresentar profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, com qualificação técnica compatível com o objeto da contratação.

11.15.2.2. Para atendimento ao disposto no item anterior, deverá ser apresentado:

a) **Engenheiro devidamente registrado no CREA**, com atribuição técnica compatível para atuação em sistemas de tratamento de água, nos termos das Resoluções CONFEA nº 218/1973 e nº 1.103/2018, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços com características semelhantes às do objeto da contratação, especialmente:

- Operação e/ou manutenção de sistemas de tratamento de água de poço com utilização de processos de dessalinização;

11.15.2.3. A comprovação do vínculo do responsável técnico se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante;
- Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;
- Contrato de trabalho devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico;
- Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.15.2.4. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

11.16. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

11.16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.16.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

11.16.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.16.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.16.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.16.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

11.16.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.16.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

11.17. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

11.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.17.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.17.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.17.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.17.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.17.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.18. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

11.18.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.18.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.18.3. A aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

a) $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

b) $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

c) $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

11.18.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.18.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

11.18.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.18.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.18.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **5% (cinco por cento)** do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente

a) Esta exigência se apresenta proporcional na medida em que se verifica os riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, a essencialidade do objeto, o valor do contrato e o tempo de duração deste;

b) O percentual foi definido, principalmente, com base no valor total da contratação e da sua vigência, avaliando-se os riscos que a inexecução do contrato poderá acarretar para a Administração, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área, para garantir que não haverá restrição à participação.

12. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO

12.1. Em atenção ao art. 7 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (art. 34, *caput*, da Lei 13.303, de 2016), a **estimativa de preços da contratação** será **sigilosa**.

12.2. Desta forma, será realizada a pesquisa de preço através de processo relacionado, que será disponibilizado após a realização do certame, onde será verificado compatibilidade mercadológicas dos valores ofertados.

13. DA DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

13.1.1. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, conforme previsto no contrato, após a comprovação da execução dos serviços e a apresentação dos documentos fiscais e comprobatórios exigidos, incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

13.1.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários, em tempo hábil, para o cumprimento eficiente dos serviços contratados.

13.2. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para a execução dos serviços a cargo da licitante vencedora.

13.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

13.4. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do licitante vencedora, através do Servidor designado pela Autoridade competente do HUUFMA.

13.5. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o licitante vencedor.

13.6. Indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos serviços quando for o caso;

13.7. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;

13.8. Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados

13.9. Fornecer a contratada, Nota de Empenho/Ordem de Execução de Serviço com a definição do serviço a ser realizado, devidamente assinada por funcionário autorizado da Unidade de Manutenção Predial;

13.10. Receber da contratada Ordem de Serviço devidamente preenchida com relato dos serviços executados;

13.11. Facilitar, por todos seus meios, o exercício das funções da Contratada dando-lhe acesso às suas instalações;

13.12. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar;

13.13. Cientificar a Equipe de Fiscalização Contratual para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

13.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

13.15. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

13.17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.18. Responsabilizar-se por todas as despesas impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ofertados.

13.19. Efetuar a entrega/início do(s) serviço(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do item 3 do Anexo I - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS Termo de Referência, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Execução de Serviço, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência.

- 13.20. A empresa vencedora deverá apresentar laudo técnico que comprove as características físicas, organolépticas e microbiológicas da água potável conforme Anexo I e legislação vigente.
- 13.21. Substituir às suas expensas no prazo de até 10 (dez) dias corrido, após o recebimento da notificação expedida pelo Hospital Universitário da UFMA, o serviço caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencidos ou em desacordo com as especificações do Edital.
- 13.22. Comunicar ao Hospital Universitário da UFMA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto.
- 13.23. Atender no prazo de 24 (vinte quatro) horas a partir do chamado pelo Setor de Infraestrutura Física;
- 13.24. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução dos serviços, que não terão qualquer envolvimento empregatício do HUUFMA.
- 13.25. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio do HUUFMA ou a terceiros, quando da execução dos serviços. A Unidade de Manutenção Predial notificará a empresa contratada para reparar o dano causado, no prazo que fixar;
- 13.26. Manter seus funcionários com o uso de uniformes (calças, camisa, bota, óculos de proteção, luvas e outros), identificada com nome da empresa e com a identificação do HUFMA, conforme modelo existente;
- 13.27. Fornecer todo equipamento de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções;
- 13.28. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;
- 13.29. Assegurar que todo empregado que cometa falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da Contratante;
- 13.30. Atender de imediato as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 13.31. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito;
- 13.32. Preservar e manter a contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários;
- 13.33. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo;
- 13.34. Implantar de forma adequada e, em conjunto com a A Unidade de Manutenção Predial, a planificação, execução e supervisão permanente do serviço, garantindo suporte para atender a eventuais necessidades na execução dos serviços;
- 13.35. Dar ciência imediata e por escrito à Contratante referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 13.36. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.
- 13.37. Responsabilizará pela retirada e descarte dos materiais e resíduos gerado pela realização dos serviços, atendendo a leis vigentes e sob supervisão da A Unidade de Manutenção Predial.
- 13.38. Realizar a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento, cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam as necessidades
- 13.39. Permitir ao gestor do contrato, fiscalizar os serviços, objeto deste Termo de Referência, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros.
- 13.40. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e acessórios para execução dos serviços.
- 13.41. A contratada deverá emitir planos de manutenção preventiva ao Setor de Infraestrutura Física.
- 13.42. A contratada deverá emitir relatórios diários de operação ao Setor de Infraestrutura Física.
- 13.43. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 13.44. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.44.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.45. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 13.46. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 13.47. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 13.48. Não incorrer em quaisquer das vedações previstas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0;

- 13.49. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.50. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 13.51. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 13.52. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 13.53. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.54. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 13.55. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.56. Providenciar, quando for o caso, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes;
- 13.57. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 13.58. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 13.59. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 13.59.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 13.59.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 13.59.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 13.59.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 13.59.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 13.59.4.0.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 13.59.4.0.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 13.59.4.0.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 13.59.4.0.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 13.59.4.0.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 13.59.4.0.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 13.59.5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 13.59.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 13.60. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 13.60.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 13.60.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 13.60.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados

naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

13.61. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

13.62. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

13.63. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

14. DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrava nos termos da Lei nº 13.303, de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEERH, a Contratada que:

- a) deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. Multa conforme os parâmetros abaixo:

- a) *0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado* em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) *0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado*, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) *0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado*, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

14.6. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo **máximo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional

ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 14.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SicaF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.
- 14.12. No caso de ocorrências diversas poderão ser atribuídos, cumulativamente, os seguintes graus às infrações, conforme sistemática:
- 14.12.1. Na primeira ocorrência, aplica-se a advertência;
- 14.12.2. No caso de reincidência, aplica-se multa conforme graus e percentuais definidos nos Quadros abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% do valor da ordem de serviço
2	4% do valor da ordem de serviço
3	5% do valor da ordem de serviço
4	10% do valor da ordem de serviço

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	4
02	Deixar de providenciar recomposição do local durante a visita ao hospital.	Por ocorrência	3
03	Fornecer informação falsa.	Por ocorrência	4
04	Entregar os produtos/serviços fora da padronização e das premissas.	Por ocorrência	1
05	Não cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas.	Por ocorrência	1
07	Não acatar as solicitações técnicas, devidamente justificadas, de alteração dos produtos/serviços conforme discutido e solicitado pela CONTRATANTE.	Por ocorrência	1
08	Utilizar as dependências do Hospital para fins diversos do objeto do contrato	Por ocorrência	4
09	Não realização de visita em data marcada.	Por ocorrência	3
10	Entregar documentações incompletas e/ou não revisadas.	Por ocorrência	2
11	Deixar de prestar esclarecimentos, injustificadamente, solicitados pela CONTRATANTE.	Por ocorrência	1
12	Entregar serviços com aspectos técnicos incorretos ou em desacordo com o Planejamento acordado e/ou normas vigentes.	Por ocorrência	1
13	Causar dano/prejuízo por interrupção de atendimento	Por ocorrência	4
14	Deixar de utilizar EPI/EPC em atividades de campo.	Por ocorrência	1
15	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	Por ocorrência	3
16	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	Por ocorrência e por dia	2
17	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	Por ocorrência e por dia	4

15. DA GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

- 15.1. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, **com garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados do recebimento dos serviços.
- 15.2. A Contratada responde solidariamente pelo fornecimento das peças/materiais com vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes nas embalagens, rotulagens ou mensagens publicitárias, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes afetadas, considerando as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor.
- 15.3. As peças terão garantia mínima **de 03 (três) meses**. Caso o fabricante ofereça garantia maior, esta deverá permanecer

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. Embora o objeto deste Termo de Referência consista em **serviço contínuo e tecnicamente complexo**, após análise de conveniência e oportunidade, a Administração **optou pela não exigência de garantia contratual**, conforme faculdade prevista na legislação aplicável.
- 16.2. A decisão fundamenta-se nos seguintes elementos:
- 16.2.1. **Suficiência dos mecanismos internos de fiscalização:** A unidade demandante possui **rotinas consolidadas de acompanhamento da execução**, incluindo registro de ocorrências, fiscalização técnica permanente, notificações formais e aplicação de penalidades, sendo tais instrumentos suficientes para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratadas.
- 16.2.2. **Existência de cláusulas contratuais que resguardam o interesse público:**
- b) aplicação de **multas moratórias e compensatórias**;
 - c) **responsabilidade integral** da contratada por danos decorrentes da má execução;
 - d) previsão de **rescisão contratual** em caso de inexecução total ou parcial.
- Tais previsões normativas mitigam os riscos normalmente cobertos por garantia.
- 16.2.3. **Análise de custo-benefício desfavorável à exigência:** A imposição de garantia contratual acarretaria **onerização das propostas**, especialmente em razão de seguros-garantia, cauções ou fianças bancárias, o que poderia elevar o custo final da contratação. A análise demonstrou

que os custos adicionais **superariam os benefícios**, considerando os controles já existentes.

16.2.4. **Valorização da competitividade:** A não exigência de garantia favorece **ampla participação** de licitantes, especialmente micro e pequenas empresas, aumentando a competitividade e contribuindo para a obtenção da **proposta mais vantajosa** para a Administração.

16.2.5. **Histórico favorável em contratações semelhantes:** Contratos anteriores de natureza e complexidade equivalentes foram executados **sem registro de prejuízos** decorrentes de inadimplemento contratual, reforçando a efetividade dos mecanismos de fiscalização atualmente adotados.

16.3. Diante do exposto, conclui-se que a dispensa da garantia contratual é **proporcional, razoável, tecnicamente fundamentada e economicamente vantajosa**, não comprometendo a segurança da Administração, que permanecerá resguardada pelos demais instrumentos de fiscalização, controle e responsabilização.

17. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

17.1. A execução do objeto será realizada de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da então Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

17.2. Os licitantes deverão apresentar o **ENCARTE A - Declaração de Sustentabilidade** e cumprir as orientações do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.

17.3. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel. Além disso, as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia.

17.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

17.5. A CONTRATADA, de maneira isolada ou em parceria com o fabricante, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos produtos e materiais inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

17.6. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

17.7. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88.

18. **CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES**

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

18.1.2. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

18.1.3. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.

18.1.4. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da Contratada.

18.1.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

18.1.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.1.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.1.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.1.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.1.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. Os recursos orçamentários estarão disponíveis, conforme discriminação abaixo:

UG/Gestão: 155010/26443
Fonte: 1001A004QX
Plano de Trabalho: 234188
ND: 33.90.39.51
PI: EGM60000000

19.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo HUUFMA.

20. **SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. A vedação à subcontratação evita a delegação a terceiros que, eventualmente, não possuam as mesmas qualificações, reduzindo riscos à execução e garantindo a observância dos prazos, padrões de qualidade e

eficiência contratual.

20.2. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio. A proibição da contratação de empresa em consórcio, nesse contexto, está fundamentada na necessidade de assegurar a exclusividade e especialização técnica do serviço, garantir a responsabilidade única, manter a qualidade e eficiência da execução contratual e evitar complicações na gestão e fiscalização dos contratos.

21. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

22. **MATRIZ DE RISCOS**

22.1. A matriz de riscos trata-se de cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, de cada um dos riscos da fase de gestão do contrato, com alocação da responsabilidade para a Contratada e para a Contratante, devendo ser observadas as seguintes diretrizes com relação à alocação do risco com base na Matriz de Gerenciamento de Riscos:

22.1.1. Quando os riscos estiverem alocados para a Contratada não será possível alegar os mesmos como eventos supervenientes à contratação capaz de ensejar aditamento contratual;

22.1.2. Quando os riscos estiverem alocados para a Administração será possível alegar os mesmos como eventos supervenientes à contratação capaz de ensejar aditamento contratual;

Evento	Riscos	Ações de Mitigação	Responsabilidade
Segurança e Saúde	Contaminação da água tratada (não atendimento aos padrões de potabilidade)	Realizar análises periódicas conforme legislação, monitoramento contínuo da condutividade (<100 µS), paralisação imediata do sistema em caso de não conformidade e correção imediata	Contratada
Segurança e Saúde	Fornecimento de água imprópria para consumo e uso hospitalar (ex: diálise)	Implantar controle rigoroso de qualidade, relatórios mensais, e validação conforme Portaria GM/MS nº 888/2021	Contratada
Segurança e Saúde	Exposição a produtos químicos utilizados no tratamento	Fornecimento e uso obrigatório de EPIs, treinamento contínuo e cumprimento dos protocolos de segurança	Contratada
Segurança e Saúde	Risco biológico no manuseio de filtros/membranas contaminadas	Implementar procedimentos de biossegurança e descarte adequado de resíduos	Contratada
Operacionais	Interrupção do fornecimento de água tratada	Garantir operação contínua do sistema, regime de sobreaviso 24h e atendimento emergencial em até 2 horas	Contratada
Operacionais	Paralisação do sistema por falha técnica ou qualidade da água	Disponibilizar água por caminhão-pipa dentro dos padrões exigidos, sem ônus para a contratante	Contratada
Operacionais	Não atingimento da vazão mínima (200 m³/dia)	Monitoramento contínuo da produção e ajustes operacionais imediatos	Contratada
Operacionais	Falhas na manutenção preventiva e corretiva	Implantar plano de manutenção periódica, inspeções e registros técnicos	Contratada
Operacionais	Retrabalho por falhas na execução dos serviços	Fiscalização técnica, validação dos serviços e uso de indicadores (IMR)	Contratante e Contratada
Operacionais	Atraso no atendimento de chamados emergenciais	Estabelecer SLA com prazo máximo de 2 horas para atendimento	Contratada
Legais e Conformidade	Descumprimento de normas sanitárias e regulatórias	Garantir aderência à Portaria GM/MS nº 888/2021 e demais normas aplicáveis, com auditorias periódicas	Contratada
Legais e Conformidade	Irregularidades contratuais e descumprimento de cláusulas	Atuação da equipe de fiscalização do contrato (EFC) e registro de ocorrências	Contratante
Financeiros	Custos adicionais com fornecimento emergencial de água	Previsão contratual de responsabilidade da contratada sem ônus adicional	Contratada
Financeiros	Ineficiência operacional gerando aumento de custos	Monitoramento por indicadores de desempenho (IMR)	Contratante
Ambientais	Descarte inadequado de resíduos químicos e contaminados	Implementar plano de gestão de resíduos e práticas sustentáveis	Contratada
Tecnológicos	Falha nos sistemas de monitoramento e automação	Utilização de equipamentos eletrônicos confiáveis e manutenção periódica	Contratada
Tecnológicos	Obsolescência dos equipamentos de osmose reversa	Atualização tecnológica e manutenção adequada dos sistemas	Contratada
Logísticos	Falta de insumos, peças ou membranas	Manter estoque mínimo e logística eficiente de reposição	Contratada

Logísticos	Atraso na mobilização de equipe técnica	Manter equipe disponível em regime de prontidão	Contratada
------------	---	---	------------

23. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

- 23.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- 23.2. Adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 23.3. Assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 23.4. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 23.5. Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 23.6. Cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 23.7. Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 23.8. Comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- 23.9. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
- 23.10. Cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 23.11. Apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 23.12. Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 23.13. Quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

24. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 24.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e/ou administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 24.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 24.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 24.4. O fiscal administrativo do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 24.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 24.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 24.6.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 24.6.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 24.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 24.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 24.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 24.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 24.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 24.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 24.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes

procedimentos:

- 24.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 24.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 24.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 24.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 24.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 24.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 24.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 24.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

25. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 25.1. As condições estabelecidas neste Termo de Referência farão parte do contrato de prestação de serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

26. **DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 26.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação (EPC) instituída pela Portaria Portaria - SEI nº 072, de 26 de setembro de 2025 (53705145), responsável pela discussão de temas relacionados desta contratação para atender ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração.


27. **ANEXOS E ENCARTES**

- 27.1. Compõe o Termo de Referência os seguintes encartes, que se encontram todos no documento SEI:
- 27.1.1. Anexo ENCARTÉ A - Declaração de Sustentabilidade
- 27.1.2. Anexo ENCARTÉ B - Termo de Vistoria


EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - EPC	
Enoc França Assistente Administrativo	Iza Natália Moraes Ferreira Técnica em Química
Jéssica Cristina Rodrigues Veloso Técnica em Química	Sirlan de Jesus Silva Técnica em Química
Thiago dos Santos Maia Coordenador da EPC	

Aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade da contratação.
Encaminhe-se o presente processo de contratação para continuidade dos trâmites.


(assinado eletronicamente)
EURICO SANTOS NETO
Gerente Administrativo




Documento assinado eletronicamente por **Iza Natalia Moraes Ferreira, Técnico(a) em Química**, em 01/06/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Cristina Rodrigues Veloso, Técnico(a) em Química**, em 01/06/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sirlan de Jesus Silva, Técnico(a) em Química**, em 01/06/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 02/06/2026, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **61468529** e o código CRC **88D28C93**.

Referência: Processo nº 23523.041690/2025-10 SEI nº 61468529